SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

Gestão de resíduos sólidos no município de Primavera de Rondônia: análise da evolução

Antônio Lima Muraro Vidal, **José Carlos de Souza Colares** 13

Combate à grilagem na jurisprudência paraense: bloqueios e cancelamentos de registros

Gabriel Cozendey Pereira Silva 35

A institucionalização do diálogo no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)

Gustavo Tavares Monteiro, **Assis da Costa Oliveira** 49

As ações do consórcio intermunicipal do Grande ABC para o desenvolvimento da segurança urbana em São Caetano do Sul/SP

John Harrison Barros Brito 73

Biodiversidade, geodiversidade e segurança hídrica no embate entre ecologia e economia: vulnerabilidades socioambientais e inviabilidades conservacionistas na sobreposição de unidades de conservação e mineração no Quadrilátero Ferrífero/MG

Vagner Luciano Coelho de Lima Andrade 93

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Constitucional – Ambiental – Federalismo cooperativo – Competência comum em matéria ambiental – Artigo 23, parágrafo único, da CF/1988 – Lei Complementar nº 140/2011 – Direito fundamental ao meio ambiente – Eficiência e coordenação do agir administrativo – Poder de polícia ambiental de licenciamento e atividades fiscalizatórias – Existência e capacidade institucional dos órgãos ambientais como requisito da regra geral de competência instituída na lei complementar

– Atuação supletiva e subsidiária – Tutela efetiva e adequada do meio ambiente – Interpretação conforme a Constituição Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.757/DF

Supremo Tribunal Federal 119

ADI – Direito Constitucional – Meio ambiente – Lei estadual que veda a destruição e inutilização de bens particulares apreendidos em operações ambientais – Inconstitucionalidade – Competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal e para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.204/RR

Supremo Tribunal Federal 195

STJ – Conflito Negativo de Competência – Processo Penal – Crimes ambientais – Delitos de competência da Justiça Federal – Sentença proferida – Delito remanescente – Processamento e julgamento pela Justiça Federal pela conexão – Descabimento – Súmula nº 235 do STJ – Artigo 38, *caput*, da Lei nº 9.605/1998 – Área de preservação permanente às margens de rio estadual – Competência da Justiça Estadual. Conflito de Competência nº 193.005/MG

Superior Tribunal de Justiça 207

Administrativo – Ação Civil Pública – Dano em Sambaqui Aldeio Fúlvio Aducci – Sítio arqueológico – Proteção da Lei nº 6.938/1981 – Bem da União – Responsabilidade solidária e objetiva dos entes federativos – Execução subsidiária – Devedor-reserva – Poder de polícia do IPHAN – Autoexecutoriedade. Apelação Cível nº 5007319-20.2017.4.04.7200/SC

Tribunal Regional Federal da 4ª Região 213

Administrativo – Ambiental – Ação Civil Pública – Barragens – Assentamentos fundiários – Fiscalização – Princípio da precaução – Ingerência do Poder Judiciário e violação aos princípios da separação dos Poderes e reserva do possível – Inexistência. Apelação Cível nº 5025492-33.2019.4.04.7100/RS

Tribunal Regional Federal da 4ª Região 241

EMENTÁRIO

ADMINISTRATIVO 251
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 252
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL 256
CONSTITUCIONAL 258
DANO AMBIENTAL 258
INFRAÇÃO AMBIENTAL 260
TOMBAMENTO 260

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

CONSTITUCIONAL 263

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO 265

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 267